

Ser Mulher: contributos para a compreensão da narratividade do Estado Novo sobre o feminino

Maria José Remédios*

Pimentel, Irene (2000). *História das organizações femininas no Estado Novo. O Estado Novo e as mulheres. A Obra das Mães pela Educação Nacional. A Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 475 págs.

Santo, Sílvia (2003). *Adeus, até ao teu regresso. O Movimento Nacional Feminino na guerra colonial (1961-1974)*. Lisboa: Livros Horizonte, 117 págs.

Em Portugal a História das Mulheres tem sido uma das áreas privilegiadas dos Estudos sobre as Mulheres, a qual, recorrendo a uma expressão da historiadora francesa Françoise Thébaud¹, se encontra numa *phase d'accumulation*. O processo português de construção da História das Mulheres caracteriza-se por variadíssimas pesquisas, de natureza empírica, que têm sido realizadas nos últimos vinte anos, com maior incidência a partir da década de 90 e nos primeiros anos do séc. XXI, e produzidas, sobretudo, no âmbito de alguns Mestrados². Anne Cova, que tem, entre outros trabalhos, contemplado a reflexão sistemática acerca da historiografia sobre as mulheres em Portugal no séc. XX³, reconhece que a maioria dos trabalhos recai "sur les divers mouvements de femmes durant le demi siècle du salazarisme"⁴.

Com um intervalo de dois anos deram à estampa duas obras – *História das organizações femininas no Estado Novo. O Estado Novo e as mulheres. A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN)*. *A Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)* e *Adeus, até ao teu regresso. O Movimento Nacional Feminino na guerra colonial (1961-1974)* - que, além de se inscreverem numa historiografia sobre as mulheres, tomando por baliza temporal o Estado Novo, reúnem outros traços similares.

Tanto uma como outra incidem sobre o estudo de organizações femininas criadas

durante o salazarismo, organizações essas cujas protagonistas pertenciam a uma elite social.

Apesar destas três organizações terem sido constituídas em diferentes fases do Estado Novo, de os seus processos de formação serem diferentes, da sua "missão" (palavra em voga na época, que conferia um sentido religioso à acção), ser distinta, quando comparadas as duas primeiras com a terceira, e dos destinatários das intervenções visadas por elas não coincidirem, elas são expressão da mobilização política de certas mulheres para a causa de Oliveira Salazar. Se em sentido restrito uma não é uma organização política, o MNF, porque não foi criado pelo poder vigente, ela não o deixa de ser se considerarmos que inscreve a sua intervenção numa lógica legitimadora de uma das grandes linhas da política estadonovista desenvolvida, a guerra colonial, foco de contestação à medida que o tempo ia passando. Como dirá Sílvia Espírito Santo, o MNF "não nasceu por decisão política e afirmou-se sempre independente do Estado; todavia, isso não o impediu de estar sempre ao seu serviço, uma vez que foram políticas, embora nunca publicamente assumidas, as suas motivações e a sua actuação" (p. 19).

Um outro elemento, de natureza epistemológica, é comum às duas obras: ambas se constituem cruzando fontes orais

* Doutoranda da Universidade de Évora. Investigadora da UID Observatório de Políticas de Educação e de Contextos Educativos, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa.

e escritas. Ao focalizarem-se no período do Estado Novo, caracterizam-se como obras de *história recente*, não ignorando as testemunhas existentes desse passado remoto.

Por último, a produção de *História das organizações femininas no Estado Novo. O Estado Novo e as mulheres. A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN). A Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) e Adeus, até ao teu regresso...* ocorre no âmbito de Cursos de Mestrado, a primeira em *História Contemporânea*⁵ e a segunda em *Estudos sobre Mulheres*⁶.

A par das semelhanças apresentadas entre as obras em epígrafe há uma outra razão para a escolha de uma análise conjunta. Para Sílvia Espírito Santo, o Movimento Nacional Feminino afigura-se como *produto de organizações de enquadramento*, a saber, a Escola, a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN) e a Igreja (pp. 20-26). Há, assim, um vínculo estrutural entre os objectos analisados nos livros seleccionados. Partindo do pressuposto da modelação do pensar e do agir e admitindo como instituições modeladoras a Escola, a MPF, a OMEN e os movimentos de Igreja, a autora afirmará que “várias gerações de mulheres foram o produto de uma educação cívica, moral e religiosa reprodutora de uma ideologia que as enaltecia apenas enquanto mães e garante da estabilidade moral da família” (p. 21). A guerra colonial vai, então, apresentar-se como a situação para *reforçar* esse papel, pelo que as mulheres “organizadas, colocaram-se ao serviço dos homens e puseram em prática os conhecimentos que o Estado e a Igreja lhes deram: cuidaram como mães, rezaram e deram apoio moral como boas católicas” (p. 21). O conhecimento da obra de Irene Pimentel, isto é, das duas organizações criadas pelo Estado Novo com fins educativas, e definidas pela autora como *organizações de enquadramento* (p. 10, 19), possibilita também a compreensão daquela que foi a última organização de mulheres do Estado Novo, criada por Cecília Supico Pinto, o MNE.

A escolha por Irene Pimentel do estudo da MPF e da OMEN não é arbitrária,

esclarecendo ela, na introdução da obra, as razões que a levaram a separar a MPF da sua congénere masculina e analisá-la conjuntamente com a OMEN. Por um lado, a pouca importância dada à MPF pelo próprio governo, que a criou para formar ideológica e moralmente as raparigas portuguesas e, por outro lado, a sua integração no espaço tradicionalmente feminino e não no da juventude, contrariando o processo das organizações femininas espanhola, alemã e italiana, demarcando-se assim da Mocidade Portuguesa. Deste modo, tendo em conta que a MPF “enquadrou separadamente as raparigas e actuou entre elas de forma independente, com um programa autónomo e uma direcção feminina própria” (p. 10), a autora relaciona esta organização com a *organização-mãe*, da qual ficou dependente inicialmente, a OMEN.

Analisando-se “os pressupostos ideológicos e os objectivos programáticos da OMEN” (p. 120), Irene Pimentel demarca o momento da criação por Carneiro Pacheco, em 1936, apresentando os seus estatutos e os objectivos visados, do início da sua actividade em 1938, quando a Condessa de Rilhas expõe as primeiras medidas pragmáticas, reafirmadas posteriormente na Semana da Mãe. Sintetizando o quadro ideológico do mentor das duas organizações em estudo – Carneiro Pacheco – recorre à expressão “Ajudar a família, reformar a escola e criar a OMEN” (p. 122) e reconhece que à orientação essencialmente educativa, que presidiu à sua institucionalização, se associou uma dinâmica assistencial, definindo estas duas vertentes a sua acção durante o primeiro período de vida. As balizas temporais desta fase são 1938 e 1947, considerando-se que entre 1936, data da criação e 1937, aparecimento da MPF, a OMEN, segundo palavras de Irene Pimentel, “parece ter-se virado ‘para dentro’ e para a organização da MPF, para a qual foram destacadas dirigentes próprias” (p. 148). A articulação entre as duas organizações sustenta-se na natureza educativa de ambas. Não só Carneiro Pacheco em 1939, desiludindo alguns, explicitou que a organização não era assistencial, mas se afirmava como

instrumento de educação nacional, como em 1943, Guardioli vem dizer que a assistência prestada se integra nos fins educativos da Obra. Como se lê na obra em análise esta organização feminina “desempenhava a sua missão educativa através dos seus quatro sectores de actuação: acção social, acção maternal, cantinas escolares e famílias numerosas” (p. 150).

A partir de 1947 e sobretudo com o novo Estatuto da MPF, de 1950, que institui a autonomia desta organização em relação à OMEN, resta-lhe procurar afirmar a sua acção onde a MPF tinha dificuldades em chegar – o mundo rural. Numa conjuntura em que “perde” a Mocidade Portuguesa Feminina” (p. 158) e “já sem ligação com a Defesa da Família, que entretanto, se transformara no IAF, uma das secções da Assistência Social” (p. 159), a OMEN instala-se em novos distritos e reforça a sua presença noutros direccionando-se para a *educação familiar rural*. Os *centros rurais de formação familiar* aumentam quantitativamente, expandindo-se em termos distritais e concelhios, entre os anos 40 e 70. O apoio às famílias numerosas continuou, mas reduzido a uma ajuda pontual, de índole caritativa, tomando a conduta moral e religiosa como critérios selectivos, opondo-se, deste modo a uma política assistencial efectiva.

Da existência dos *centros rurais de formação familiar* emerge a necessidade de criar uma *escola de quadros de educação familiar*, a qual marcará uma nova fase da vida da OMEN (1958-1967), a que está associada a sua expansão em meio rural. A Escola D. Luís de Castro formará *agentes de educação familiar rural*, que constituirão os quadros necessários para dinamizar os centros; neles se ministravam cursos de *formação doméstica, de artesanato, de aprendizagem agrícola, de educação de adultos* e se prestava *serviço social familiar, recreação e colaboração às autarquias, paróquias, casas do povo e escolas*. Apesar de existirem *centros urbanos e operários*, os *rurais* sobrepõem-se, cumprindo a OMEN a sua função de enquadrar a mulher num Portugal que se queria que não perdesse a feição rural. Através dos prémios continuou-se a exercer a *acção de controlo político,*

social e moral das famílias numerosas, desempenhando a OMEN, por intermédio das suas dirigentes, *servidoras sociais* ou de outras instituições, “o exercício de um poder discricionário e uma intromissão no seio do espaço privado familiar” (p. 172). A afirmação desenvolvida pela autora, “em tempo de guerra e de emigração, controlo das famílias”, denota a visão da OMEN de enaltecimento do modelo rural, enquanto reserva da Nação, contrariamente a uma sociedade urbana “em que todas as classes só procuravam o ‘prazer’ e em que as famílias ‘economicamente débeis’ não aceitavam privações e sacrifícios para trazer filhos ao mundo” (p. 173).

Por último, entre 1968 e 1975, processa-se a decadência da OMEN, “num período em que a organização parecia votada ao abandono pelos ministros da Educação do ‘marcelismo’” (p. 174). Na fase final vai-se pedir o impossível a esta organização, “por um lado, defender o património rural e exaltar os valores espirituais ‘de sempre’ e, por outro lado, ‘melhorar a educação familiar e a cultura da mulher nos campos’, das quais se tinha prescindido durante anos, ao aceitar-se ‘como idílica doutrina a influência favorável do meio e a força salutar da tradição’” (p. 175).

De cada um dos períodos da organização nos fornece Irene Pimentel uma visão pormenorizada, explorando um conjunto de fontes inéditas, pertença do Arquivo de Oliveira Salazar, do Arquivo Histórico do Ministério do Emprego e da Segurança Social e do Arquivo Histórico do Ministério da Educação. Uma especial atenção é dada pela autora ao conhecimento das dirigentes - vão manter-se, atravessando os vários períodos de vida da instituição -, evidenciando-se a relação entre algumas delas e a Igreja Católica, vinculadas à Acção Católica Portuguesa ou a outros movimentos religiosos.

Se, apesar da OMEN ter como objectivo principal a *reeducação das mulheres*, pois, muitos reclamaram-lhe-ão uma acção no campo da assistência materno-infantil, a segunda organização, a MPF, como se afirma na publicação *História das organizações no Estado Novo...*, “fez da educação das raparigas a sua principal

função, abrangendo o meio escolar, onde enquadrou, através da filiação obrigatória, as alunas e recrutou as suas dirigentes entre as professoras" (p. 25). O percurso seguido para o conhecimento desta instituição criada para enquadrar ideologicamente as mulheres do Portugal, que se queria um Estado nunca antes visto, passa pela atenção dada aos centros da MPF, nas escolas primárias e nas técnicas e nos liceus, perspectivando-se a organização a partir da sua representação numérica e geográfica, pela análise pormenorizada dos programas de actividades frequentados pelas estudantes no meio escolar e pela abordagem de um conjunto de iniciativas a que se recorreu (eventos de carácter social, político e religioso) para formar as jovens portuguesas. Mas, a inteligibilidade da MPF, instituída num Portugal que se pretende constituir rompendo com o passado próximo, alicerçando as suas propostas numa paradigmática tradição constantemente revisitada para assegurar a continuidade nacional e evitando a abertura ao estrangeiro onde a mudança, a vários níveis, se faz sentir – pressupõe, para Irene Pimentel, uma abordagem dos objectivos políticos e ideológicos do Estado Novo, assim como uma proposta de periodização da história da organização ou ainda uma caracterização das suas dirigentes principais e um reequacionamento da formação de quadros dirigentes e de graduadas, por ela oferecida.

Visando-se com a MPF "a criação da 'mulher nova'", a formação moral e nacional constituem o núcleo fulcral do seu plano de actividades⁷, conforme afirma Irene Pimentel, "com o objectivo de cumprir o 'objectivo cristão e nacional' de nacionalização e de 'transformação social' da juventude feminina" (p. 292). A atenção dada tanto à cultura física como às actividades de carácter predominantemente feminino, como o caso da economia doméstica, prende-se com as necessidades sentidas na época, a primeira de ginástica, desporto e vida ao ar livre nos planos educativos e a segunda afigura-se como uma alternativa a um modelo de educação marcado pelos preconceitos de igualitarismo feminista. Iniciativas como as *Embaixadas da Alegria*

e da *Bondade* e os *Folares da Páscoa* inscrevem-se numa formação para o serviço social estruturado em valores cristãos e nacionalistas, sendo a Semana da Mãe, proposta pela MPF em colaboração com a OMEN, emblemática do cuidado posto pela organização em não descuidar a componente afectiva, a formação do coração, a par da formação intelectual e física oferecida nas escolas. No dia 8 de Dezembro inauguravam-se exposições de berços e enxovais "com o objectivo de contribuir para o 'desenvolvimento da consciência social' e 'do espírito de caridade' das filiadas que, assim, aprenderiam a conhecer 'os meios pobres' e a contribuir com umas horas de trabalho 'para o bem-estar e alegria dos mais desfavorecidos'" (p. 317).

Estas iniciativas de natureza assistencial, inscrevem-se na narrativa do Estado Novo sobre a mulher, cultivando através delas a devoção pela figura da mãe e despertando nas jovens o desejo de cumprirem no futuro essa mesma missão da mulher portuguesa, a maternidade. Mulheres formadas no culto do amor pátrio e no cumprimento da virtude cristã da caridade para com os mais necessitados, quando as possessões ultramarinas se vêem ameaçadas, além de aceitarem abnegadamente a oferta dos seus filhos à Nação, em caso de não o poderem fazer ou em complemento, apoiam os filhos de outras mulheres, que estão a combater, e essas mesmas mães, quer moralmente, quer materialmente. A receptividade da mulher portuguesa ao apelo desencadeado pelo MNF, abordado na outra obra em análise, é deficitária do modelo educativo preconizado pelo Estado Novo, o qual no dizer de A. Nóvoa, impõe a ideologia conservadora e nacionalista, "como dimensão totalizante das representações sociais e como discurso legitimador das decisões políticas"⁸.

Se, como refere Irene Pimentel, a "assistência e educação foram precisamente os dois campos públicos de actuação reservados pelo Estado Novo às mulheres que não se limitavam a ser mães, esposas e irmãs" (p.25), não só a criação e acção da OMEN e da MPF se processa no âmbito das políticas de assistência e educativa

preconizadas por Salazar, como a constituição do MNF se enquadra na mesma linha de entendimento daquilo que deve ser a participação da mulher, quando transcende o espaço privado da vida familiar. A OMEN e a MPF, a par da Igreja Católica, enquanto organizações de enquadramento da mulher portuguesa, são garantes de uma outra organização feminina do Estado Novo, o MNF, que se vai constituir, também ela para enquadrar as mulheres na vida nacional - especificamente na política colonial do regime, como Salazar gostava de lhe chamar - quando esta se vê marcada pela guerra.

A reconstituição histórica levada a efeito por Sílvia Espírito Santo incide numa temática (a mulher e a guerra), que tem sido desprezada em Portugal, país que não tendo participado na II Guerra Mundial, manteve um conflito bélico a partir do 3.º quartel do séc. XX. Ainda que continuemos a desconhecer aquilo que Françoise Thébaud⁹ denominou o aspecto *íntimo da guerra* - e seria interessante estudá-lo quando os seus protagonistas são homens e mulheres formados num quadro axiológico marcado pelo culto da ruralidade e pelo catolicismo -, o conhecimento histórico da guerra colonial vê-se alargado com a obra dada à estampa ao contemplar-se a participação da mulher nessa mesma guerra. Abordagem que se processa, conforme nos dá conta Anne Cova no Prefácio à referida obra, pelo "olhar de historiadora sobre uma organização de mulheres que tentou acompanhar os soldados durante os 13 anos de guerra colonial: o Movimento Nacional Feminino (M.N.F.)" (p. 7).

Conhecer o envolvimento da mulher na guerra perspectivado a partir do MNF é ter acesso a uma parcela duma realidade que é polifórmica, pois é aceder, a uma linha de actuação protagonizada por um conjunto de mulheres da elite social, em que, como reconhece a autora de *Adeus, até ao teu regresso...*, o "recurso sistemático à caridade pública substitui e escondeu a responsabilidade do Estado no auxílio às famílias mais carenciadas dos militares mobilizados para a guerra" (p. 26). A análise das actividades deste movimento de

mulheres, voluntário, de participação indirecta na guerra colonial, criado em ordem a servir a Deus e a Pátria, permite-nos constatar que o trabalho das mulheres do MNF "se desenvolveu no âmbito dos seus saberes e competências da sua formação geral" (p. 42).

Ao apelo das 25 fundadoras vão responder muitas outras mulheres que, "enquadradas pela Educação do Estado Novo e pela moralização da Igreja, a grande maioria acreditou na inevitabilidade da pobreza e defendeu a prática da caridade como uma responsabilidade individual" (p. 26), empenharam-se no "apoio moral e material às famílias e aos militares que, em África, lutavam pela Pátria" (p. 31). Durante o período em que durou essa guerra, as suas protagonistas usaram a criatividade e o dinamismo, criando acções novas para responder às carências que se iam fazendo sentir à medida que a guerra se ia processando, tal como "constatando, no terreno, vazios legislativos para a resolução das necessidades reais de militares e famílias, o Movimento soube aproveitar esse capital de reconhecimento e confiança para incentivar/influenciar a publicação de leis e normas correctoras de injustiças administrativas" (p. 41). Apesar de ter sido criada como apolítica, às dirigentes do MNF, "nunca lhes faltou o apoio de Salazar e dos seus governantes", assim como "foi pública a impunidade e naturalidade com que as mulheres das cúpulas do movimento se moveram nos círculos do poder e a deferência com que por ele foram tratadas, desvalorizando e encobrindo-lhes comportamentos, enaltecendo-lhes virtudes" (p. 34).

O recurso ao testemunho oral, por Sílvia Espírito Santo, em face da escassez de fontes, causada, em certa medida, pela destruição de muitas delas quando da Revolução do 25 de Abril, e que talvez devesse ter sido mais explorado pela autora e não se ter reduzido apenas a participantes de uma região do país, permite-nos entender que o envolvimento com o movimento, para algumas mulheres, mais do que assentar em razões políticas sustentava-se em convicções morais. Assim, duas entrevistadas dão conta que "a motivação que as levou

ao Movimento foi a mesma - a pobreza, uma pobreza que, apesar das suas origens, sempre viram de muito perto e que a guerra colonial veio agravar" (p. 83). Uma delas sugere que a obrigação moral de ajudar o outro presidiu à sua decisão de participar no movimento, independentemente de convicções políticas, ao afirmar: "Vi à minha volta a miséria que significava a partida para a guerra do único elemento que ganhava o pão da família. Isto fez com que aceitasse ser presidente da Comissão Concelhia da Marinha Grande, não porque concordasse com a guerra ou com as teorias de Salazar, mas porque percebi que não adiantava cruzar os braços e dizer que não colaborava" (p. 83). Estas entrevistas reforçam a ideia de Thébaud, que "para as raparigas e mulheres das camadas médias habituadas às actividades caritativas, a guerra é um período de intenso activismo, que derruba as barreiras sociais"¹⁰.

A iniciativa *madrinhas de guerra*, que não é uma originalidade do MNF¹¹, evidencia a participação na guerra como uma questão de género, estando reservado às mulheres assegurar "a ligação do militar à paz e à vida" (p. 86). Sílvia Espírito Santo reconhece que, dada a "importância do contributo que estas mulheres iriam dar à Pátria, o Movimento não quis deixar de as enquadrar num perfil" (p. 87), ao qual está subjacente o modelo formativo delineado pela MPF e a OMEN e por elas operacionalizado. Para assegurar a missão de *madrinha de guerra* requeria-se uma mulher "portuguesa, maior de vinte e um anos, moralmente idónea, com espírito patriótico, corajosa e com capacidade de sacrifício, tendo confiança na vitória e sabendo transmiti-la" (p. 87), atributos para cujo desenvolvimento concorreram as duas organizações femininas, estudadas por Irene Pimentel, através das actividades por elas propostas. Da leitura das publicações com fins formativos, dirigidas por esta última organização, sobressai o empenhamento com a formação moral da rapariga portuguesa, como nos mostra Irene Pimentel, aconselhando-se a filiada a "aceitar a autoridade paterna, encarando-a como uma emanação da autoridade de Deus" e no relacionamento com os jovens, a "ver a

liberdade como 'um bem que o abuso transforma[va] em mal'" ou a "ser prudente, vigiar os seus próprios sentimentos e fazer-se respeitar", de tal forma que "o epílogo seria, nesse caso, o casamento, 'o mais sério acto e o mais lindo sonho' a que ela podia aspirar" (p. 351).

A escolha das graduadas, tidas como "as futuras dirigentes" e "as melhores agentes de penetração do espírito e ideal"¹² da MPF denota o zelo colocado na formação de uma elite feminina, paradigma da devoção à causa nacional, moral e religiosa e capaz de orientar outras mulheres na reprodução dos papéis que lhe estavam impostos pela ideologia salazarista. Conforme é referido em *História das organizações femininas no Estado Novo...*, os cursos de graduadas destinados a formar *futuras colaboradoras do Estado Novo* "investiam, por isso, na cultura geral das filiadas e tinham um carácter elitista, como ficou patente no esclarecimento enviado por Maria Guardiola à delegada do Minho, em 1944, informando-a de que as alunas das escolas industriais e comerciais seriam aprovadas na escola de graduadas 'sem acesso a graduação superior' se não provassem 'ter cultura suficiente'" (p. 261).

Também, perante a guerra as mulheres são mobilizadas, sendo criada uma organização para enquadrar a sua participação, o MNF, que, apesar de não ser estatal, tem por fundadoras mulheres pertencentes às elites económicas, políticas e culturais do país. Moldadas pela Igreja e a Escola, espaço privilegiado de actuação da MPF, na sua forma de pensar e agir, as mulheres, imbuídas ou não de sentimentos nacionalistas, segundo Sílvia Espírito Santo, reforçam perante a guerra o *papel de mães*, dos seus e dos das outras, e de *garantes da estabilidade moral da família* (p. 96).

Remetendo-as para a esfera privada da família ou pedindo-lhes uma actuação no espaço público, a mobilização política das mulheres pelo Estado Novo é uma realidade que ganha visibilidade em *Adeus, até ao teu regresso...* e em *História das organizações femininas no Estado Novo...*, ao estar em destaque três organizações femininas criadas, durante esse período, para enquadrar a colaboração da mulher

no projecto político e ideológico salazarista. Elas oferecem um reequacionamento da OMEN, da MPF e do MNF, a partir do projecto político e ideológico que as faz emergir, valorizando-se, como o explicita Irene Pimentel, “os conceitos paradigmáticos incontornáveis de Salazar e do seu regime sobre a família e a mulher” (p. 25). Mas, dialecticamente, o conhecimento delas próprias permitirá reequacionar esse mesmo projecto salazarista, evidenciando-se a operatividade dos seus principais conceitos.

Certamente, a nossa visão da narrativa *estadonovista* sobre a mulher fica mais rica com o contributo das obras em epígrafe, ao chamarem-nos a atenção para a impossibilidade de uma totalização do pensar e agir das raparigas e mulheres portuguesas, através destas organizações. As *madrinhas de guerra* extravasam o controlo do MNF, como nos dá conta Sílvia Espírito Santo (p. 90-93), do mesmo modo que a MPF não conseguiu incutir nas jovens das classes elevadas a *austeridade no vestir* e o *pudor nas praias* (p. 411), segundo Irene Pimentel, ou, contrariamente aos princípios de imutabilidade social defendidos, constituiu um motor de ascensão social a algumas jovens que frequentaram os seus cursos, assim como a OMEN foi incapaz de *reeducar as mães* através de um número tão reduzido de cursos de educação familiar ministrados nos seus centros sociais e educativos (p. 406).

Se a História das Mulheres tem tido um papel impulsionador dos Estudos sobre as Mulheres, em todo o mundo e também em Portugal, como nos chama a atenção Anne Cova¹³, há que nos orientarmos para a *integração disciplinar* e para o *debate* com as outras Ciências Sociais. Disso tem consciência Irene Pimentel que na introdução refere a sua intenção de realizar um projecto onde “se integre o estudo da MPF num trabalho sobre a relação do Estado Novo com as mulheres” e assim “contribuir para a história geral através da história particular das mulheres” (p. 10). Concretiza este seu propósito reapropriando-se dos conceitos de *tiranía* e *autoritarismo*, desenvolvidos no quadro do pensamento da filósofa Hannah Arendt¹⁴, ao tentar, como diz, “caracterizar o Estado Novo, com tudo o que entretanto

se foi apurando sobre a OMEN e a MPF”; e opta por considerar que “o regime salazarista se enquadra, salvo melhor opinião na noção de ‘tiranía’ e não na de ‘totalitarismo’, no sentido em que, em Portugal, o Estado Novo atirou os indivíduos para o ‘isolamento’, que se refere à esfera política, e não para a ‘desolação’, que remete para a esfera das relações humanas, sociais e privadas” (p. 414).

A narrativa *estadonovista* sobre a mulher, expressa na metáfora da *fada do lar*, cultiva a vida familiar como uma virtude, estando reservado à mulher o papel de esposa e mãe, a cumprir num espaço privado, e cabendo ao homem assegurar o sustento material e assumir a chefia dessa mesma família, pelo que a sua acção se processa no espaço público. A produção destas duas obras sobre organizações em que a mulher tem protagonismo social contribui para o conhecimento da história das mulheres no Estado Novo e, ao fazê-lo, permite aprofundar as relações entre o(s) poder(es) instituído(s) e os cidadãos, nesse período. A relação entre o MNF e um poder que remete a mulher para a esfera do lar evidencia um acordo tácito, não formal, em que a permissão de exposição pública de algumas mulheres é sustentada, segundo a autora de *Adeus, até ao teu regresso...*, pelos “dividendos políticos tirados da boa vontade e do trabalho que mulheres portuguesas” (p. 33), aludindo aos estatutos desse mesmo movimento, “no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos”¹⁵, que puseram ao serviço da política salazarista, em relação às colónias.

Estas duas obras de História das Mulheres, tal como outras que têm sido produzidas em Portugal, além de contribuírem para um aprofundamento da História das Mulheres em Portugal, especificamente durante o Estado Novo¹⁶, vêm reforçar o processo de construção de uma outra História da Humanidade. Na abertura do Seminário “Estudos sobre as Mulheres em Portugal”, promovido em 1993 pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, subscrevendo a ideia de Virgínia Woolf acerca da necessidade de “reescrever a História por completo”, dizia o historiador José Mattoso, que “não só não se escreveu

só a metade, como esta metade não tem sentido sem o resto"¹⁷. A História das Mulheres ao dar-lhes visibilidade – *Becoming visible*¹⁸ –, promove a construção de uma História essencialmente relacional¹⁹, devendo, por essa razão, ser tomada, no dizer de Alain Corbin, como "une des plus fascinantes tentatives d'innovation de la discipline historique"²⁰.

Notas

¹ Citada por Irene Vaquinhas em: "Breve reflexão historiográfica sobre a História das Mulheres em Portugal: o século XIX". Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, n.º 3, Lisboa, p. 82.

² Entre outros sobressai o Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, promovido pela Universidade Aberta, não se podendo ignorar a produção de trabalhos inscrita em outros Mestrados tais como os de História Social Contemporânea, do ISCTE, de História Contemporânea, da Universidade Nova de Lisboa, e de História Económica e Social Contemporânea, na Universidade de Coimbra.

³ Veja-se: Cova, A. (1999). "Escrever a História das Mulheres". In AAVV. Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais (6 a 11 de Julho de 1998). Cascais: Câmara Municipal de Cascais, vol. 4, pp. 117-129; idem (2001). "Balanço historiográfico da História das Mulheres: o século XX". In M. H. A. & A. C. (org.). Mulheres, História e Sociedade. Algumas linhas de investigação nos finais do século XX. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 107-117; idem (2003). "L'histoire des femmes au Portugal: le XXe siècle". G. B. & A. C. Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud, XIXe-XX e Siècles / Writing Women's History in Southern Europe, 19th- 20th Centuries. Oeiras: Celta Editora, pp. 49- 66.

⁴ Cova, A. (2003). Op. cit., p. 59.

⁵ Da Universidade Nova de Lisboa.

⁶ Idem. ? Afirmado por uma das suas dirigentes passados 30 anos da sua criação, na homenagem a Carneiro Pacheco, e citado por Irene Pimentel (p. 292).

⁸ Nóvoa, A. (1990). "A Educação Nacional". In J. S. & A. H. O. M. (dir.). Nova História de Portugal., vol. XII. Lisboa. Editorial Presença, p. 510.

⁹ Thébaud, F. (1995). "A Nacionalização das Mulheres". In G. D. & M. P. História das Mulheres, vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 51.

¹⁰ Thébaud, F. Op. cit., p. 50.

¹¹ As madrinhas de guerra surgem durante a 1.ª Guerra Mundial, evidenciando um modelo de participação feminina, indirecta, na guerra.

¹² A Mocidade Portuguesa Feminina. Lisboa: Comissariado Nacional, [s.d.]; citado por Irene Pimentel, Op. cit., p. 258.

¹³ Cova, A. (2001). "Balanço historiográfico da História das Mulheres: o séc. XX". In M.H.A. & A. C. (org.). Mulheres, História e Sociedades. Linhas de integração nos finais do sec. XX. Lisboa: Universidade Aberta, p. 117

¹⁴ Nomeadamente em Les Origines du totalitarisme. Le système totalitaire. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

¹⁵ MNF (s.d.). Estatutos, p. 4, citados por Santo, S. E. Op. cit., p. 33.

¹⁶ Não podemos ignorar que o trabalho de Irene Pimentel, publicado em 2000, foi apresentado como dissertação de Mestrado em 1996, havendo na altura um trabalho produzido nesta área, o de: Belo, M. et al. (1987). "O Estado Novo e as Mulheres". In AAVV. O Estado Novo. Das origens ao fim da autarquia, 1926-1959. Vol. 2. Lisboa: Fragmentos, pp. 263-279. Quer sobre a mulher no salazarismo, em geral, quer sobre a Mocidade Portuguesa Feminina, em particular, os trabalhos apresentados são posteriores ao de Irene Pimentel, o caso de: Cova, A. & Pinto, A. C. (1997). "O salazarismo e as Mulheres. Uma abordagem comparativa". Penélope, n.º 17, Lisboa, pp. 71-94; Barbas, M. M. (1998). Mocidade Portuguesa Feminina (1937-1945). Lisboa: ISCTE (texto policopiado, apresentado para dissertação de Mestrado); e Fidalgo, M. (2002). Menina e Moça: Um ideal de Formação Feminina (1960-1970). Lisboa: Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

¹⁷ Mattoso, J. (1993). "Introdução ao painel 'Estudos sobre as Mulheres em Portugal'". In AAVV. Estudos sobre as Mulheres em Portugal. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, p. 56.

¹⁸ Parafraseando-se uma famosa antologia de História das Mulheres. Veja-se Bridenthal, R. et al. (eds.) (1977). *Becoming Visible. Women in European History*. Bóston: Houghton Mifflin Company.

¹⁹ Como sustentam Michele Perrot e Georges Duby, a História das mulheres é "história da relação entre os sexos" (Duby, G. & Perrot, M. (1993). "Escrever a História das Mulheres". In G. D. & M. P. (dir.). História das Mulheres, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 16.

²⁰ Corbin, A. (1998). "Préface". In F. T. Écrire l'Histoire des Femmes. Fontenay Saint-Cloud: ENS Éditions, 1999, p. 9.

Charles Gardou (coord.), 2003 (1ª ed., 1999)
**Connaître le handicap, reconnaître
 la personne**

Ramonville Saint-Agne: Editions Erès, 252 pp.

A obra em epígrafe é o resultado do essencial das conferências e mesas redondas do Colóquio Internacional «La personne handicapé: d'objet à sujet», realizado na Universidade Lumière-Lyon2, em Setembro de 1998.

O coordenador da obra, C. Gardou, abre e fecha o texto com citações, três das quais de Michel Serres, expressando, assim, a essência das linhas de pensamento que pretende veicular: as consequências inerentes à falta de capacidade do ser humano de reconhecer e ser reconhecido¹, o contrasenso da normalização² do género humano e a necessidade de um "intelecto simplesmente democrático".³

Na introdução à obra, C. Gardou faz uma interessante e profícua reflexão à volta da problemática "de conhecer a reconhecer", a partir da pergunta «Como permitir aos que o azar do nascimento ou da vida estigmatizou serem reconhecidos, sem condições, como sujeitos e desempenharem, plenamente, o seu papel na comunidade humana?»⁴. Através de quatro eixos centrais propõe-se confrontarmo-nos com a imprescindível interacção com o "outro" para a existência do "eu"⁵: (1) "o reconhecimento como necessidade vital de todo o ser humano" - não é sujeito enquanto não for reconhecido como tal, pelo outro, na sua diferença; (2) a autonomia - não é sujeito sem que o outro acompanhe a sua conquista de autonomia, mesmo que esta esteja comprometida; (3) "os direitos imprescindíveis de todo o ser humano" - não é sujeito sem que o outro reconheça os seus direitos e a sua dignidade; (4) "o dizer e o agir" - não é sujeito se a sociedade não traduzir em actos as suas intenções democráticas e de integração. Preconiza, ainda, a necessidade de uma "transformação antropológica"⁶ da qual as pessoas

com deficiência não seriam os únicos beneficiários.

A obra encontra-se dividida em duas grandes temáticas, num todo coerente: "A pessoa com deficiência: de objecto a sujeito" e "Das intenções aos actos". Finaliza com as conclusões, uma extensa bibliografia e com anexos que dão conta dos objectivos, filosofia, linhas de investigação e de acção do CRHES⁷ da Universidade Lumière-Lyon2, organizador do colóquio a que acima se fez referência.

Na primeira grande temática abordada, "A pessoa com deficiência: de objecto a sujeito", encontram-se sete interessantes comunicações, em que participam dezasseis autores, que nos convidam a reflectir sobre as "oportunidades e os obstáculos da passagem de objecto a sujeito", bem como algumas vias, não despidas de grandes constrangimentos, de, nos dias de hoje, aceder à dignidade de sujeito, à cidadania, à qualidade de vida e à autonomia, ao respeito da vida e da pessoa.

Um dos supracitados autores confronta-nos com questões pertinentes que têm a ver com o "viver diferente"⁸, equacionando à partida a seguinte pergunta: "Pode-se viver diferente?" e dando a sua resposta ao apelar à necessidade de "descobrir o sentido da dignidade humana", de "accionar a solidariedade" de "desejar o reconhecimento para si e para o outro" de "democratizar e conviver", elegendo como elemento principal deste convívio/socialização a amizade; um outro selecciona, para a sua e a nossa reflexão, as questões que envolvem o facto de se "nascer diferente"¹⁰, finalizando o seu texto com a necessidade de nos interrogarmos sobre as "relações entre direito, ciência e consciência". Propõe-nos uma pequena incursão antropológica, partindo da questão: "Tem-se o direito de nascer